



Amnistia Internacional pede uma investigação sobre o caso

Adriano Nuvunga alvo de ameaça de bomba

O ativista Adriano Nuvunga, presidente da organização Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), recebeu uma ameaça de bomba em sua casa no sábado, um caso que a Amnistia Internacional pediu que seja investigado.

“Telefonaram para mim e eu atendi a chamada, eram 19:44. A pessoa, sem se identificar, disse que tinha implantado uma bomba em minha casa e que ia explodir em poucas horas. Eu estava com os meus filhos e ficamos assustados. Saímos de casa e chamamos as autoridades”, disse ontem à comunicação social Adriano Nuvunga, à margem de um evento público em Maputo.

Segundo Adriano Nuvunga, a PRM esteve na sua residência na mesma noite e constatou que não havia uma bomba, tendo afirmado que se tratou de uma ameaça.

“É uma ameaça como tantas outras que já recebi no passado”, acrescentou o ativista.

Nuvunga afirmou que a ameaça não o desencoraja, garantindo que continuará a “defender os direitos humanos e a contribuir no combate contra

à corrupção e promoção da transparência” no país.

“(As ameaças) ajudam-nos a compreender que provavelmente estamos a fazer algo que está a afetar as pessoas que têm poder”, declarou.

Numa nota divulgada na página de internet da organização, o diretor da Amnistia Internacional para a África Oriental e Austral, Deprose Muchena, pediu uma investigação sobre o caso, considerando que as ameaças visam amedrontar o ativista.

“As ameaças não devem ser tomadas levianamente. As autoridades moçambicanas devem lançar uma investigação rápida, independente e imparcial sobre esta intimidação e garantir que aqueles que estão por trás deste ato sejam levados à justiça em julgamentos justos”, declarou Deprose Muchena.

Adriano Nuvunga, uma das vozes mais sonantes na sociedade civil, é

diretor da organização não-governamental Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e já dirigiu também o Centro de Integridade Pública (CIP), além de ser professor de Ciências Políticas na Universidade Eduardo Mondlane, a mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique.

Em setembro, o CDD apresentou um relatório em que conclui que o Estado moçambicano tem “fracassado” na proteção dos direitos humanos e promoção de instituições democráticas. As ameaças ao ativista ocorrem após, em 27 de agosto, desconhecidos terem atado fogo à redação do jornal Canal de Moçambique, em Maputo, num ato condenado por várias entidades moçambicanas e internacionais, bem como pelo Presidente moçambicano, Filipe Nyusi.

O Canal de Moçambique é um dos principais semanários do país e tem-se destacado por trabalhar em matérias ligadas à corrupção e governa-

↔ ção.

A 17 de setembro, a delegação moçambicana do Instituto para a Comunicação Social da África Austral (Misa-Moçambique), organização não-governamental, denunciou em comunicado dois ataques a jornalistas no país, apelando à sua investigação.

Num dos casos, ao princípio de uma noite, Luciano da Conceição, correspondente do grupo alemão Deutsche Welle, foi levado da sua residência na cidade de Maxixe, província de Inhambane, sul do país, por indivíduos desconhecidos.

No outro caso, três indivíduos não identificados arrancaram a câmara de filmar ao jornalista Leonardo Gimo do canal privado TV Sucesso, pelas 21:00 locais, em plena via pública na capital provincial de Nampula.